MÍRIAM LEITÃO

PANORAMA ECONÔMICO

Além do básico

• O Brasil já fez o básico: pôs todas as crianças na escola, reduziu a mortalidade infantil, criou um sistema universal de saúde, incluiu trabalhadores rurais na Previdência e está enfrentado a violência. Avançamos, mas o economista Edmar Bacha e o sociólogo Simon Schwartzman dizem que agora começa o complexo, que vai exigir do país aprender a pensar de outra forma.

"Brasil: A Nova Agenda Social" é o nome de um livro organizado pelos dois. É resultado de um ano de trabalho e três seminários com 15 especialistas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças. Em qualquer área, há assuntos difíceis para os quais o país tem que encontrar soluções, olhando experiências que deram certo em outros países.

A Constituição de 1988 estabeleceu que a "Saúde é um direito de todos e um dever do Estado". Dito assim, parece que o país tem serviço universal, integral, igualitário. Não tem.

— Há uma contradição entre a promessa da Constituição e a realidade. Os 25% de renda mais alta têm plano de saúde que usam para procedimentos normais. O SUS é dos pobres, exceto quando os ricos precisam dele para as emergências e os tratamentos e exames de alta complexidade — diz Bacha.

No livro constata-se que o SUS gasta mais com os mais ricos do que com os 30% mais pobres do país. Há outra complicação que está agravando o problema, segundo Simon Schwartzman:

— Está havendo um processo de judicialização. Como a Constituição estabelece que o direito à Saúde é completo e integral, se alguém for à Justiça com um bom advogado consegue, por exemplo, que o Estado pague seu medicamento. Tem crescido muito. São novas obrigações que recaem sobre o Sistema, pela via judicial, desorganizando a capacidade de atendimento. A mesma coisa com exames complexos e caros. O sistema tem o princípio da equidade e uma prática desigual.

Todos os temas são complexos, diz Bacha. Os planos de saúde deveriam em tese pagar por esses serviços mais caros, mas dizem que com tabela SUS não dá para trabalhar. Daqui para diante, alerta Simon, os serviços ficarão mais caros pela sofisticação natural dos avanços da medicina e porque a população ficará mais velha.

— Nada disso está sendo devidamente estudado. Há problemas de gestão, integração entre planos de saúde e o SUS. Propor só aumento do gasto com Saúde é começar pelo final — afirma Bacha.

Conversei com os dois no programa Espaço Aberto, da Globonews. O curioso é que apesar de ser discussão sobre agenda social, há mais economistas do que sociólogos na lista dos autores dos estudos no livro. Simon acha que os economistas são bem vindos ao debate e lamenta que existam poucos sociólogos debatendo os assuntos. Bacha diz que é natural o interesse dos economistas:

— Esses gastos dos quais falamos representam 25% do PIB. Compare com o tempo que os economistas dedicam aos estudos sobre indústria, que é 12% do PIB.

Pela complexidade dos problemas nessa etapa do desenvolvimento do país fica claro que é preciso mais cabeças pensantes para se encontrar as soluções viáveis.

No combate à violência, Simon levanta tese polêmica: de que as Forças Armadas deveriam repensar seu papel diante das mudanças que ocorreram nas áreas internacional e interna. Acha que elas deveriam pensar em sua presença nos problemas internos de forma mais permanente:

— É uma discussão complicada e difícil. O entendimento de todos é que a presença dos militares é temporária. Mas as Forças Armadas deveriam discutir um papel de mais longo prazo e mais permanente na segurança interna. A ideia de uma atuação só externa é antiquada, dada a situação interna e internacional.

Bacha lembra que nos grandes centros como no Rio entende-se que a presença dos militares na segurança é incidental, como houve na ocupação do Complexo do Alemão. Mas os desafios maiores hoje estão nas cidades do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde a autoridade não tem estrutura para enfrentar os problemas.

Na Previdência, o Brasil tem números que mostram de forma eloquente que alguma coisa está errada.

— Temos 10% da população com mais de 60 anos e gastamos 11% do PIB com a Previdência, o mesmo nível de países que tem 30% de pessoas nessa faixa etária. Pela juventude da nossa população o país deveria estar gastando 4,5% — diz Bacha.

Apesar disso, lembra Simon, no Brasil não há idade mínima de aposentadoria e as mulheres têm a vantagem de cinco anos a menos na contagem do tempo, apesar de viverem em média sete anos a mais. Nos outros países essa diferença já acabou e está se elevando a idade mínima.

Na educação está tudo por ser feito. O que o Brasil fez até hoje foi universalizar o ensino fundamental. Agora há um enorme dever de casa.

— Saber como gerenciar a escola para que o resultado que se busca seja seu principal objetivo que é educar; dar formação adequada para professores; organizar disciplinas; procurar experiências de outros países. Não há solução fácil. Antes era colocar a criança na escola; construir escola e chamar professor. Agora é desenvolver inteligências — afirma Simon.

Feito o básico nas políticas sociais, agora é a hora da qualidade. É bem mais difícil, mas uma agenda inevitável.

oglobo.com.br/miriamleitao • e-mail: miriamleitao@oglobo.com.br

COM ALVARO GRIBEL

Choque de produtividade na área social é desafio para o novo Brasil

Livro discute como aprofundar os serviços sem ampliar os gastos

ENTREVISTA

Edmar Bacha e Simon Schwartzman

Gustavo Stephan

EDMAR BACHA (à esquerda) e Simon Schwartzman, na Casa das Garças: proposta de nova agenda social do país

• Que o país mudou de patamar é inegável. O desafio agora é gastar melhor, sem aumentar as despesas sociais. Mas como? A opção é dar um choque de produtividade na área social, defendem o economista Edmar Bacha e o sociólogo Simon Schwartzman. A convite deles, 18 especialistas aceitaram o desafio de discutir experiências nas áreas de saúde, previdência social, políticas de renda, educação básica e violência urbana. As ideias estão em "Brasil: a nova agenda social". O livro é uma compilação de debates realizados na Casa das Garças, centro de estudos dirigido por Bacha, e no Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), no qual Schwartzman é pesquisador.

Liana Melo
liana.melo@oglobo.com.br

O GLOBO: *Como surgiu a ideia de organizar este livro?*

SIMON SCHWARTZMAN: Eu procurei o Bacha e a Casa das Garças para propor este trabalho. Nossa preocupação era iniciar uma discussão sobre a melhoria da qualidade das políticas sociais no país. É que, se, por um lado, predomina a ideia de que o país está avançando; por outro, constatamos que não está indo tão bem assim.

• *Mas o senhor concorda que o país vem avançando, tanto socialmente quanto economicamente?*

SCHWARTZMAN: Sim, só que a discussão sobre a temática social tende a ser muito simplista e pobre. Ela se restringe a dar mais dinheiro ou menos dinheiro.

• *Como é o caso do trabalho infantil, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já demonstrou preocupação quanto ao não cumprimento das metas de erradicação?*

SCHWARTZMAN: O trabalho infantil é um problema residual no Brasil. Os grandes problemas sociais do país não estão restritos à pobreza extrema, mas a pessoas que vivem nas cidades, que não têm emprego, que não têm condições de atendimento médico e de saúde. Logo, as políticas sociais devem focar numa população bem mais ampla. E aí está o problema, porque o governo parece pensar exclusivamente na pobreza extrema.

• *O livro conseguiu incluir todas as variáveis desta nova agenda social?*

EDMAR BACHA: Infelizmente não. Gostaríamos de ter incorporado outros assuntos relevantes, como a questão do saneamento básico. Mas não deu. A principal característica deste livro é que estamos apresentando diferentes experiências nacionais e internacionais.

• *Poderiam dar exemplos de algumas experiências inovadoras?*

BACHA: No caso da violência urbana, por exemplo, o artigo assinado por Sérgio Guimarães Ferreira mostra o que foi feito em Nova York, Bogotá e Boston. O caso de São Paulo é emblemático. É uma cidade que tinha um grau de violência comparável com o do Rio de Janeiro e conseguiu se transformar em uma das metrópoles menos violentas do país. Até que ponto o aumento do encarceramento ajudou a reduzir a violência urbana em São Paulo é uma das discussões contempladas no livro. Leandro Piquet Carneiro defende a tese de que foi o aumento do encarceramento que ajudou a reduzir a violência na cidade. Já Guimarães acredita que a medida mais importante não foi o aumento quantitativo do encarceramento, mas o longo período em que os criminosos mais perigosos ficam presos.

• *Alguns dizem que o Brasil tem um dos melhores sistemas públicos de saúde do mundo. Os senhores concordam? Como aperfeiçoá-lo?*

SCHWARTZMAN: Quando nós conversamos com o pessoal da área de saúde, todos concordam que o Brasil tem o melhor sistema de saúde do mundo, só que, infelizmente, não funciona.

A discussão da área social se restringe a dar mais dinheiro ou menos dinheiro

Simon Schwartzman

• *E por que não funciona?*

BACHA: Como a Constituição garante saúde de qualidade para todos, a medicina acabou virando alvo fácil de processos de judicialização. Até quem tem dinheiro para pagar os remédios mais caros, está recorrendo ao Sistema Único de Saúde (SUS). Basta constituir um bom advogado. Com a judicialização, 25% dos gastos com saúde são para bancar a liberação de remédios. Essa integralidade precisa ser regulamentada, para caracterizar que a prioridade na liberação dos remédios é para garantir um atendimento equitativo. Assim, os juízes passariam a consultar os especialistas para evitar que pessoas que têm dinheiro para contratar um advogado acabem indo ao SUS pegar remédios gratuitamente.

• *Então a Constituição brasileira deveria ser revista?*

BACHA: A Constituição de 1988 promete tudo para todos. O texto é de uma generosidade extrema. Só que o princípio da universalização dos benefícios, que é um princípio meritório, quando confrontado com a realidade social brasileira, torna-se inviável. O que está ocorrendo é que grupos de interesse vêm se aglutinando e acabam fazendo imperar seus interesses contra o interesse comum da sociedade. Acabamos criando um sistema que beneficia as classes média e alta, em detrimento das classes mais necessitadas. O mesmo vem ocorrendo na educação: o país gasta com o estudante universitário muito mais do que gasta com os estudantes do ensino básico.

SCHWARTZMAN: Eu diria que a Constituição deveria ser revista. A ideia de dar benefícios ilimitados, que é, em tese, uma ideia generosa, é irrealista. Numa realidade de restrição de recursos, é preciso ter uma política social com prioridades. Logo, isso implica mexer na legislação.

Criamos um sistema que beneficia os mais ricos

Edmar Bacha

• *Mas as políticas sociais no Brasil são avançadas ou retrógradas?*

BACHA: No papel, nossas políticas sociais são as mais generosas que existem no mundo, o problema são as distorções que essa generosidade acaba propiciando. Se juntarmos a generosidade da Constituição com o poder dos grupos de pressão específicos, acaba-se criando uma situação na qual os privilegiados são os principais beneficiados, porque são mais articulados para defender seus direitos. Ou seja, criou-se uma situação esdrúxula. Só em pensões, o Brasil gasta 3,5% do PIB, contra uma média internacional de 1% do PIB. Não existe nenhum outro país do mundo que gaste tanto com pensões. Isto sem falar nas distorções: um senhor de 70 anos casa com uma moça de 20, morre logo depois, e esta jovem senhora passa a ganhar pensão pelo resto da vida. A exemplo de outros países, o Brasil deveria estabelecer critérios similares aos adotados na União Europeia.

• *Quanto se gasta no país com pensões e aposentadorias?*

BACHA: Se somarmos pensões e aposentadorias, o país já gasta 11% do PIB. O padrão internacional gira em torno de 4,5% do PIB. ■

O GLOBO

MAIS ECONOMIA HOJE NA INTERNET:

oglobo.com.br/economia

VÍDEO: Fornecedores otimistas com fusão entre Perdigão e Sadia

FOTOGALERIA: A criação de animais integrada à linha de produção da Brasil Foods no Sul

INFOGRÁFICO: Mapa mostra profissionais que faltam no Estado do Rio, de acordo com as regiões

Acompanhe a cobertura da Economia no Twitter: twitter.com/OGlobo_Economia